

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.116.000
Preferenciais	0
Total	9.116.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	59.711	80.207
1.01	Ativo Circulante	33.622	54.087
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.354	5.463
1.01.03	Contas a Receber	13.047	47.660
1.01.03.01	Clientes	13.047	47.660
1.01.04	Estoques	1.037	837
1.01.06	Tributos a Recuperar	103	57
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103	57
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81	70
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	81	70
1.02	Ativo Não Circulante	26.089	26.120
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.617	22.617
1.02.01.04	Contas a Receber	22.617	22.617
1.02.01.04.01	Clientes	22.500	22.500
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	117	117
1.02.03	Imobilizado	3.472	3.503
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.472	3.503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	59.711	80.207
2.01	Passivo Circulante	8.057	17.061
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.816	7.964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.725	7.920
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	91	44
2.01.02	Fornecedores	1.100	1.301
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.100	1.301
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	995
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	995
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	995
2.01.06	Provisões	3.141	6.801
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.141	6.801
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.141	6.801
2.02	Passivo Não Circulante	16.569	55.101
2.02.02	Outras Obrigações	0	8.164
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	8.164
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	8.164
2.02.04	Provisões	16.569	46.937
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.569	46.937
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.954	32.363
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.615	14.574
2.03	Patrimônio Líquido	35.085	8.045
2.03.01	Capital Social Realizado	19.766	19.766
2.03.02	Reservas de Capital	64	64
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	64	64
2.03.04	Reservas de Lucros	15.255	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.942	0
2.03.04.10	Reserva de Lucros	18.197	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-11.785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.307	8.685	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-497	-495	0	0
3.03	Resultado Bruto	1.810	8.190	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	12.848	-1.436	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.561	-1.555	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.409	119	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.658	6.754	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-616	-4.644	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	235	5	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-851	-4.649	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.042	2.110	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-314	-480	0	0
3.08.01	Corrente	-314	-480	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.728	1.630	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.728	1.630	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,5059	0,1788	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	13.728	1.630	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.728	1.630	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.402	24.538
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	395	5.837
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.007	18.701
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.492	-107
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.019	-22.902
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.891	1.529
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.463	39
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.354	1.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	19.766	64	0	-11.785	0	8.045
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	16.254	0	16.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	19.766	64	0	4.469	0	24.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-2.942	-2.942
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	-2.942	-2.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.197	-4.469	0	13.728
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	686	13.042	0	13.728
5.06.04	retenção de Lucros	0	0	17.511	-17.511	0	0
5.07	Saldos Finais	19.766	64	18.197	0	-2.942	35.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	19.766	64	1.093	-102.305	0	-81.382
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	19.766	64	1.093	-102.305	0	-81.382
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.630	0	1.630
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.630	0	1.630
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	19.766	64	1.093	-100.675	0	-79.752

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	16.884	8.999
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	846	8.350
7.01.02	Outras Receitas	16.038	649
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-462	-880
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-431	-772
7.02.04	Outros	-31	-108
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.422	8.119
7.04	Retenções	-38	-184
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38	-184
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.384	7.935
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	235	5
7.06.02	Receitas Financeiras	235	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.619	7.940
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.619	7.940
7.08.01	Pessoal	1.107	650
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.107	650
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	398	683
7.08.02.01	Federais	398	683
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.386	4.977
7.08.03.01	Juros	851	4.649
7.08.03.03	Outras	535	328
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.728	1.630
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.728	1.630

Comentário do Desempenho

Companhia Itaunense Energia e Participações

CNPJ 21.254.073/0001-80

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO****3º Trimestre 2021**

Ilmos Srs. Acionistas da
COMPANHIA ITAUNENSE

Itaúna – MG

A COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-60, apresenta o comentário do desempenho deste trimestre.

A Companhia durante muito tempo foi reconhecida por sua eficiência e qualidade, exercendo relevante papel nesse contexto, chegando a ter em seus quadros funcionais mais de 2.000 (dois mil) funcionários o que por si só traduzem a sua importância para a comunidade local. Entretanto, a conjuntura econômica do País, no final dos anos 80 e início dos anos 90, em especial, os sucessivos e desastrosos planos econômicos anteriores ao plano real, as elevadas taxas de juros praticadas por instituições financeiras, a alta inflacionária, além da abertura comercial às operações de importação, contribuíram para o agravamento da situação econômico-financeira da Companhia, com a redução de suas linhas de crédito e a consequente falta de liquidez para pagamento de fornecedores, empregados e prestadores de serviços. Assim, compromissos deixaram de ser honrados. Desta forma, em função dos riscos de perdas patrimoniais ainda maiores, a Companhia arrendou grande parte de suas unidades produtivas e em 20 de dezembro de 1999 impetrou um pedido de autofalência, com o prosseguimento de suas atividades em regime especial, mediante a manutenção dos contratos de arrendamento firmados.

Entre 1999 e 2013 a empresa esteve falida. Em 2013 entrou em recuperação judicial. Em 2015 o plano foi julgado cumprido e em 2019 foi extinto o último recurso contra a finalização do

01



plano de recuperação judicial, interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil – único credor litigante.

O contrato de arrendamento da Usina Siderúrgica de propriedade da Companhia foi transferido em 2018 para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC). O término do contrato ocorreu em agosto de 2020.

No mês de junho de 2020 a administração da Companhia e a SIMEC iniciaram conversas, no sentido da SIMEC adquirir o departamento siderúrgico, incluindo terreno e edificações, o qual, estava alugado para a Companhia até 31 de agosto de 2020. Como forma de gerar exclusividade nessa negociação, a SIMEC adiantou o valor total de R\$23.000 mil. As escrituras de compra e venda foram outorgadas em dezembro de 2020 - o que resultou em nova fonte de renda para a empresa, em valores suficientes para pagamento de todo o débito tributário federal, seja ele PGFN ou RFB.

Com a Companhia falida em 1999, a mesma aderiu a praticamente todos os procedimentos administrativos de parcelamento e redução de débitos federais desde o ano 2.000. Desde então, os saldos lançados nas contas da empresa refletiam o valor histórico devido a título de tributo federal (seja PGNF ou RFB), sem deduções legais decorrentes dos parcelamentos; pois caso a empresa não conseguisse quitar o parcelamento federal, os débitos remontariam ao valor original, sem deduções, abatidos apenas os pagamentos já realizados.

02

Como a Companhia passava por um processo de recuperação judicial e a quitação dos tributos dependeria da prorrogação do contrato de arrendamento de seu imóvel siderúrgico, ou da venda deste imóvel, sempre se optou por manter os valores históricos devidos, apenas com o abatimento dos pagamentos mensais.

Desta forma, com a existência de caixa (e sua previsão) para o pagamento de todo o tributo federal, no primeiro trimestre de 2021 a empresa pôde aplicar todos os descontos e reduções legais sobre os parcelamentos existentes, pois tinha certeza e capacidade financeira para quitar estes tributos nos termos dos parcelamentos vigentes. Não havia mais a incerteza sobre o adimplemento ou não dos parcelamentos, por isso a possibilidade de ajustar os valores federais devidos.

Comentário do Desempenho

Companhia Itaunense Energia e Participações

CNPJ 21.254.073/0001-80



Os débitos federais todos estão incluídos em sua totalidade no REFIS e/ou no PERT. Não há débito estadual ou municipal.

A COMPANHIA aprovou no dia 03 de maio de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, o RESGATE DE AÇÕES ordinárias nominativas, nos termos do artigo 44, § 1º da Lei 6404/76. As ações de sua emissão da Companhia deixaram de estar listadas para negociação na Bolsa de Valores / B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado desde 18/05/2000 em razão de sua falência. A proposta de resgate ocorreu pelo preço de R\$6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos) por ação. Dispensável o sorteio legal, nos termos do artigo 44, § 4º da Lei 6404/76, pois a Companhia poderá adquirir todas as ações de cujos acionistas minoritários queiram participar do resgate pelo preço acima citado (R\$ 6,42). Houve um processo judicial questionando a AGE, mas o processo já foi encerrado, por pedido de desistência da autora.

Os débitos com as partes relacionadas foram quitados. O Relatório dos auditores reflete fielmente o desempenho da empresa.

03

Afonso Henrique da Silva Lima

Presidente do Conselho de Administração

Tonny Salera Primeiro

Diretor Superintendente

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira

Diretor Administrativo

Telmo Tulio Gonçalves de Souza

Diretor de Relações com Investidores

Vinícius Oliveira e Souza

Contador CRCMG: 108280

Notas Explicativas

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-80, nestas notas explicativas, também designada como “**Itaunense**” ou apenas “**Companhia**”, é uma Sociedade genuinamente mineira, fundada em maio de 1911, tendo, como objeto social atividade imobiliária de imóveis próprios, aluguel e arrendamento de imóveis próprios, comercialização de energia elétrica e transmissão de energia elétrica, além de participações decorrentes de incentivos fiscais e participar de outras sociedades ou companhias e constituir subsidiárias.

O processo de recuperação judicial foi aliado à preservação e manutenção de importante acervo patrimonial da Companhia. O objetivo principal do Plano de Recuperação Judicial é conciliar e viabilizar a continuidade das atividades da companhia e, conseqüentemente, os pagamentos das suas dívidas, que de resto tem seus efeitos positivos e a todos interessa.

a) Continuidade dos negócios da Companhia – arrendamento do Departamento Siderúrgico

Até o final do exercício de 2020, a principal receita operacional da Companhia advinha do arrendamento de seu departamento siderúrgico à SIMEC, sucessora do grupo ArcelorMittal, cujo contrato de arrendamento encerrou em 31 de agosto de 2020, sendo prorrogado até a data efetiva da conclusão da operação de venda.

No final do exercício de 2020, a Companhia concluiu o processo de venda do parque industrial à mesma Empresa que vinha assumindo o arrendamento Siderúrgico. O valor total da venda foi de R\$105.700 mil (vide detalhamento das parcelas recebidas e a receber na nota explicativa no. 5).

A Administração da Companhia acredita conseguir honrar todos os seus compromissos existentes e já iniciou o processo para identificação de novos negócios que poderão vir ser desenvolvidos, além do arrendamento das usinas hidrelétricas, o qual já está em processo de operação e geração de renda para a Companhia.

b) Outras informações – reapresentação

No final do exercício de 2020, com o advento da venda do imóvel siderúrgico a Companhia optou por efetuar um planejamento financeiro, para honrar com todas as suas dívidas, principalmente as de cunho tributário, consolidada no Refis. Através desse estudo e após diversas reuniões na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, obteve acesso a sua dívida consolidada e pode constatar um erro no valor considerado pela contabilidade como sendo a dívida tributária. Com esses extratos o saldo da dívida foi regularizado e correspondem ao montante de R\$23.020 mil em 31 de dezembro de 2020. Conseqüentemente, o saldo devedor apresentado nas demonstrações financeiras de 2020 precisou ser reapresentado, conforme descrito na nota 23, seguindo o disposto no item 42 (b) do CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de março de 2021 e não identificamos outras normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	4.034	3.538
Aplicações financeiras	15.318	1.923
	19.354	5.463

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição do saldo a receber de clientes são como segue:

	31.06.2021	31.12.2020
SIMEC - Venda Imóveis (a)	34.500	69.020
SIMEC - Aluguel	623	622
Outros	424	518
	35.547	70.160
Circulante	13.047	47.660
Não circulante	22.500	22.500
	35.547	70.160

- a) Refere-se ao saldo a receber da venda da Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC). Ainda no primeiro trimestre de 2021, a Administração optou em reverter todo o saldo de ajuste a valor presente, no montante de R\$1.480, que estava reduzindo o saldo a receber.

Em 31 de dezembro, o detalhe da venda da Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC) são como segue:

	R\$ mil
Valor total da Venda	105.500
Valores recebidos antecipadamente a concretização da negociação	(23.000)
Saldo a receber quando da conclusão da negociação	82.500
Valores recebidos durante o exercício findo de 2020	(12.000)
Cálculo do Ajuste a valor presente	(1.480)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2020	69.020

Notas Explicativas

5. ESTOQUES – IMÓVEIS À VENDA

Referem-se a bens da Companhia colocados à venda, em função da reestruturação que está sendo promovida, em atendimento ao processo de recuperação judicial.

A administração da Companhia não considera necessário a constituição de provisão para ajustar os valores dos bens colocados à venda a um valor de mercado.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização, e assim se apresentam:

	30.06.2021	31.12.2020
PIS	5	5
COFINS	50	50
IRPJ	48	2
Total	103	57

7. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para os exercícios é como segue:

	Saldo em 01.01.2020	Adições	Transferência para estoque	Depreciação	Saldo em 31.09.2020
Terrenos	9.114	-	(6.738)	-	2.376
Edificações	134	-	-	-	134
Máquinas e Equipamentos	662	13	-	(84)	591
Móveis e Utensílios	31	-	-	(3)	28
Veículos	241	73	-	(96)	218
Imobilizado em curso	35	-	-	-	35
Total	10.217	86	(6.738)	(184)	3.382

	Saldo em 01.01.2021	Adições	Depreciação /Baixa	Saldo em 30.09.2021
Terrenos	2.376	140	-	2.516
Edificações	134	-	-	134
Máquinas e Equipamentos	589	5	(5)	589
Móveis e Utensílios	28	-	-	28
Veículos	341	-	(171)	170
Imobilizado em curso	35	-	-	35
Total	3.503	145	(176)	3.472

Notas Explicativas

A Companhia decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	30.09.2021	31.12.2020
Obrigações sociais	30	65
Obrigações tributárias	3.695	7.855
Provisões trabalhistas	91	44
	3.816	7.964

9. CREDORES DIVERSOS

	30.09.2021	31.12.2020
Fornecedores	25	26
Adiantamento de clientes (a)	130	330
Crédito de clientes (b)	945	945
	1.100	1.301

- a) Refere-se a antecipação dos arrendamentos recebidos, referente a 12 meses de contrato de locação. O saldo está sendo amortizado mensalmente e reconhecido como receita de aluguel.
- b) Representam o saldo remanescente a pagar, relativos a credores quirografários diversos. O plano de recuperação judicial contemplava mais de 160 credores, sendo que parte deles receberam seus créditos logo após a aprovação do plano.

10. EMPRÉSTIMOS

	30.09.2021	31.12.2020
Banco HSBC S/A (a)	-	992
Outros	-	3
	-	995

- a) Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos foram renegociados e, por serem classificados como quirografários, estão atualizados somente pela Taxa Referencial – TR, conforme definido e aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Ainda no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2021, a administração da Companhia entendeu que, com o fim do prazo de recurso, poderia efetuar a reversão da referida provisão.

Notas Explicativas

11. PARCELAMENTOS – REFIS

A Companhia optou pelo Refis, normatizado pela Lei nº. 11.941/09 e MP nº.470/09, para parcelamento de seus tributos e, se utilizando dos benefícios estabelecidos pela Lei nº. 12.865, de 09 de outubro de 2013, solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto à Receita Federal do Brasil. Posteriormente a Companhia optou pelo PERT.

Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. A movimentação para o exercício pode ser assim apresentada:

	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	23.020	40.550
Ajuste do saldo inicial (vide nota 1.1)	-	(16.254)
Saldo inicial (reapresentado)	23.020	24.296
Pagamentos normais	(5.526)	(2.483)
Atualização monetária	601	1.207
Saldo final	18.095	23.020
Circulante	3.141	4.401
Não Circulante	14.954	18.619
	18.095	23.020

Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

A Companhia, em outubro de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, visando equalizar os passivos fiscais, por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e tributárias. O programa permitiu o pagamento ou parcelamento com benefício de redução das dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, inclusive aquelas objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Lei.

Conforme explicado na nota explicativa 1.1, a Companhia obteve extrato atualizado junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e procedeu ao ajuste do saldo devido.

12. PARTES RELACIONADAS

Os valores referem-se a contas a pagar para partes relacionadas relativas ao contrato de novação de dívidas da Companhia, as quais foram assumidas pelos sócios apresentados abaixo:

Passivo

	30.09.2021	31.12.2020
Antônio Santos Salera	-	920
Tonny Salera Primeiro	-	2.196
Vitória Imóveis Ltda.	-	5.048
	-	8.164

As transações envolvendo partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício referem-se aos contratos de novações de dívidas,

Notas Explicativas

assumidas pelas partes relacionadas, diretas e indiretas, os quais foram realizadas como forma de viabilização do plano de recuperação judicial.

Remuneração dos administradores

Os diretores são as pessoas-chaves que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No trimestre findo em 31 de março de 2020 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados e salários) contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", no montante de R\$140 mil.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

O saldo de provisão para contingências é como segue:

	30.09.2021	31.12.2020
Contingência Cível (a)	-	12.959
Outras Contingências (b)	1.615	1.615
	1.615	14.574

- a)** Refere-se a dívida existente a época da falência, junto a determinada Instituição Financeira, que teria sido coberta por um grupo de seguradoras. Em função de todo o processo que a Companhia vem passando, a administração considerou prudente manter a provisão dessa dívida até que todos os recursos judiciais e discussões entre a Instituição Financeira e o Grupo de Seguradoras cessem.

A provisão constituída era decorrente dos autos 1106687-80.1997.8.13.0024, em ação ajuizada em 1997. A administração Companhia obteve informação atualizada de que não mais faz parte dos autos, que tão somente tramita contra as seguradoras, motivo pelo qual foi efetuada a reversão da referida provisão.

- b)** Refere-se basicamente a discussões fiscais sobre diferença entre o percentual de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, pelo lucro presumido e o efetivo recolhimento. A administração da Companhia considerou prudente manter a provisão da diferença até que a sua consulta seja respondida

A Companhia, através de jornais, tomou ciência de uma ação judicial que tramita na Justiça Federal em Divinópolis que questiona segurança e procedimentos relacionados às suas barragens e usinas geradoras hidrelétricas. Até o presente momento a Companhia não recebeu qualquer citação judicial em relação à Ação Civil Pública citada.

Estudos efetuados por empresa especializada e tomando como referência a Resolução 696/2015 da ANEEL dão conta de que as barragens de Caixão e Benfica são categorizadas como "normais", não possuindo quaisquer anomalias. A barragem Doutor Augusto encontra-se na categoria "atenção", na qual se inserem as edificações cujas eventuais desconformidades são mínimas e não comprometem a segurança ou estabilidade. Após o nível de atenção, a regulamentação da ANEEL tem ainda as categorias de "alerta" e "emergência", nenhuma destas aplicadas às barragens pertencentes à Companhia Itaunense Energia e Participações.

Notas Explicativas

Em atendimento à Resolução Aneel nº 696/2015, as barragens da Companhia são submetidas há anos a Inspeções de Segurança Regular por profissional devidamente qualificado, especialista em segurança de construções dessa natureza. Tal inspeção abrange todas as estruturas de barramento do empreendimento e suas condições de segurança, conservação e operação. A Companhia esclarece que suas barragens contam com Plano de Segurança de Barragens e Plano de Ação Emergencial, elaborados por empresa com competência específica no assunto e na mais estrita observância das determinações legais.

Contudo, não obstante os estudos, projetos e documentos que a Companhia já possuía em relação a suas usinas e barragens, novas auditorias e levantamentos estão sendo realizados. Ainda não existe previsão final de custos e/ou provisão de contingências para tanto em razão de não termos sido citados até o momento para ação.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme AGE de 05 de junho de 2018, o capital social é de R\$ 20.933 mil (vinte milhões, novecentos e trinta e três mil reais), dividido em 9.116.000 (nove milhões, cento e dezesseis mil) ações ordinárias, todas escriturais, sem emissão de certificados e sem valor nominal. Em 31 de março de 2020 ainda existiam R\$1.167 mil de ações a serem realizadas.

b) Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia, decidiu pela manutenção do saldo de reavaliação dos ativos existentes em 31 de março de 2019, sendo mantido até a sua efetiva realização.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

e) Ações em Tesouraria

Em 03 de maio de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o processo de resgate de ações ordinárias nominativas da Companhia, nos termos do artigo 44, § 1º da Lei 6404/76. A proposta de resgate ocorreu pelo preço de R\$6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos) por ação e permanecerá válida por 90 (noventa dias) após a data da Assembleia Geral Extraordinária. Não haverá privilégio, distinção ou prejuízo a nenhum acionista. Todos poderão

Notas Explicativas

participar do resgate, mas nenhum acionista é obrigado a fazê-lo. Edital de AGE publicado nos dias 07, 08 e 09 de abril de 2021 nos jornais O Tempo e Diário Oficial de Minas.

O saldo apresentado no Patrimônio Líquido é referente a parcela já adquirida de acionistas que aderiram ao processo de venda das ações.

Sobre as ações em tesouraria, todas os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam eliminadas.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação da receita bruta tributável e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020</u>
Receita com aluguel (i)	295	846	1.897	8.350
Outras receitas	-	<u>1.492</u>	<u>443</u>	<u>443</u>
Total da receita bruta	295	2.338	2.340	8.793
Impostos sobre serviços	<u>(11)</u>	<u>(31)</u>	<u>128</u>	<u>(108)</u>
Total da receita líquida	<u>284</u>	<u>2.307</u>	<u>2.468</u>	<u>8.685</u>

Receita de aluguel (i)

Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, a receita refere-se basicamente ao contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica da Companhia.

16. DESPESAS

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020</u>
Despesas com folha e provisões	377	1.092	372	1.096
Despesas com depreciação	9	38	8	185
Despesas com prestação de serviços	119	649	86	412
Despesas tributárias	14	84	80	116
Outras (Receitas) Despesas	<u>31</u>	<u>195</u>	<u>73</u>	<u>242</u>
Total	<u>549</u>	<u>2.058</u>	<u>620</u>	<u>2.050</u>
Custo dos serviços prestados	132	497	216	495
Despesas gerais e administrativas	<u>417</u>	<u>1.561</u>	<u>404</u>	<u>1.555</u>
	<u>548</u>	<u>2.058</u>	<u>620</u>	<u>2.050</u>

Notas Explicativas

17. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020</u>
Receita Financeira				
Rendimento de aplicação financeira	162	235	2	5
Total	<u>162</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
Despesa Financeira				
Juros	-	(1)	(83)	(708)
Despesa bancária	(1)	(1)	(231)	(889)
Variação monetária passiva	(201)	(849)	(658)	(3.052)
Total	<u>(202)</u>	<u>(851)</u>	<u>(972)</u>	<u>(4.649)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40)</u>	<u>(616)</u>	<u>(970)</u>	<u>(4.644)</u>

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)

Composto basicamente por:

	01.04.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020</u>
Reversão de dívidas com bancos (a)	-	992	-	-
Reversão de provisão para contingências (b)	-	12.959	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	432	458	184	119
Total	<u>432</u>	<u>14.409</u>	<u>184</u>	<u>119</u>

(a) Vide detalhes na nota explicativa nº10.

(b) Vide detalhe na nota explicativa nº13.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa, que resultam diretamente dos recebimentos de aluguel e da venda de ativo imobilizado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, empréstimos financeiros, fornecedores, impostos a pagar, partes relacionadas e obrigações trabalhistas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas respectivas notas explicativas. Durante o período de três meses

Notas Explicativas

findos em 30 de setembro de 2020 a Companhia não realizou operações com derivativos ou qualquer outro ativo de caráter especulativo.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade final de ações ordinárias e preferenciais nos exercícios, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro ou prejuízo básico e diluído são iguais, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros ou prejuízos básicos por ação:

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020</u>
Resultado básico e diluído por ação	0,0111	1,5060	0,1419	0,5676
Resultado do período	(101)	13.728	1.294	5.174
Quantidade final de ações – lote mil	<u>9.116</u>	<u>9.116</u>	<u>9.116</u>	<u>9.116</u>
Lucro por ação e diluído (em reais)	<u>0,0111</u>	<u>1,5060</u>	<u>0,1419</u>	<u>0,5676</u>

21. COBERTURA DE SEGUROS

Para o período de nove meses e o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 a administração da Companhia optou por não efetuar contratação de nenhuma apólice de seguro. De acordo com as políticas e os negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia a administração concluiu não ser necessário a contratação de nenhum tipo de seguro.

Notas Explicativas

22. REAPRESENTAÇÃO

Segue ajustes da reapresentação abaixo:

a. Reapresentação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

ATIVO	31.12.2020	Ajustes	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5.463		5.463
Contas a receber de clientes	47.660		47.660
Estoques – Imóveis à venda	837		837
Impostos e contribuições a compensar	57		57
Outros ativos	70		70
	54.087	-	54.087
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber - clientes	22.500		22.500
Investimento - SICOOB	117		117
Imobilizado	3.503		3.503
	26.120	-	26.120
TOTAL DO ATIVO	80.207	-	80.207
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2020	Ajustes	31.12.2020
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e tributárias	7.964		7.964
Credores diversos	1.301		1.301
Empréstimos e financiamentos	995		995
Parcelamentos - REFIS	6.801	(2.400)	4.401
	17.061	(2.400)	14.661
NÃO CIRCULANTE			
Credores diversos			
Partes relacionadas	8.164		8.164
Parcelamentos - REFIS	32.363	(13.854)	18.509
Provisão para contingências	14.574		14.574
	55.101	(13.854)	41.247
TOTAL PASSIVO	72.162	(16.254)	55.908
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Capital social	19.766		19.766
Reserva de capital	64		64
Prejuízos acumulados	(11.785)	16.254	4.469
	8.045	16.254	24.299
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	80.207	-	80.207

Notas Explicativas

b. Reapresentação do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	31.12.2020	Ajustes	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	89.427	16.254	105.681
Ajustes:			
Depreciação	180		180
Valor de ativo permanente baixado, líquido	6.782		6.782
Juros e variação monetária	4.492		4.492
	100.881	16.254	117.135
(Acréscimo) redução de contas a receber	(69.537)		(69.537)
(Acréscimo) redução de impostos a recuperar	509		509
(Acréscimo) decréscimo de adiantamentos e outros	697		697
Acréscimo de obrigações sociais e tributárias	7.629	(16.254)	(8.625)
Acréscimo (Redução) de credores diversos	(4.768)		(4.768)
Caixa originado (aplicado) nas atividades operacionais	(65.470)	(16.254)	(81.724)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.411	-	35.411
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de investimento e imobilizado	(266)		(266)
Caixa líquido (gerado) aplicado nas atividades de investimento	(266)	-	(266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos	2.430		2.430
Pagamento de empréstimos	(7.659)		(7.659)
Pagamento de partes relacionadas	(22.009)		(22.009)
Pagamento de parcelamento - REFIS	(2.483)		(2.483)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	(29.721)	-	(29.721)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.424	-	5.424
Disponibilidades no início do período	39		39
Disponibilidades no final do período	5.463		5.463
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.424	-	5.424

23. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

Tonny Salera Primeiro

Diretor Superintendente

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira

Diretor Administrativo

Telmo Tulio Gonçalves de Souza

Diretor de Relações com Investidores

Vinícius Oliveira e Souza

Contador CRCMG: 108.280

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos Srs.
Acionistas e Conselheiros da
Companhia Itaunense Energia e Participação
Itaúna -MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCT2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas 1 e 5 às demonstrações contábeis, que relata que a Companhia alienou o seu principal ativo gerador de receita, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa situação faz com que a Companhia fique dependente do recebimento das parcelas relativas à venda do referido imóvel, para honrar com todos os seus compromissos, que vencem durante todo o exercício de 2021. A Administração da Companhia face o formato da transação entende não existir riscos de não recebimento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020

Chamamos atenção as notas explicativas 1.1 (a) e 23, às Informações Trimestrais, que contém informações sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto da correção do saldo do parcelamento de débitos tributários, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da obtenção de informações consolidadas e atualizadas sobre o total do parcelamento. Em 03 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis

intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2021.

Moore Consulting News
Auditores Independentes
CRC – 01MG 6.494 – 02MG 3.172

Adelmo de Oliveira
CRC-MG 46.235/O-0
Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 3º Trimestre 2021

Ilmos Srs.
Acionistas da
COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Itaúna – MG

A COMPANHIA ITAUNENSE, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-60, teve por objeto a indústria de tecidos em geral a fabricação de ferro-gusa, aço e laminados, produção e comercialização de energia elétrica. Em 2018 seus objetos sociais foram adequados à nova realidade da empresa.

A Companhia durante muito tempo foi reconhecida por sua eficiência e qualidade, exercendo relevante papel nesse contexto, chegando a ter em seus quadros funcionais mais de 2.000 (dois mil) funcionários o que por si só traduzem a sua importância para a comunidade local. Entretanto, a conjuntura econômica do País, no final dos anos 80 e início dos anos 90, em especial, os sucessivos e desastrosos planos econômicos anteriores ao plano real, as elevadas taxas de juros praticadas por instituições financeiras, a alta inflacionária, além da abertura comercial às operações de importação, contribuíram para o agravamento da situação econômico-financeira da Companhia, com a redução de suas linhas de crédito e a consequente falta de liquidez para pagamento de fornecedores, empregados e prestadores de serviços. Assim, compromissos deixaram de ser honrados. Desta forma, em função dos riscos de perdas patrimoniais ainda maiores, a Companhia arrendou grande parte de suas unidades produtivas e em 20 de dezembro de 1999 impetrou um pedido de autofalência, com o prosseguimento de suas atividades em regime especial, mediante a manutenção dos contratos de arrendamento firmados.

Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos foram renegociados e, por serem classificados como quirografários, estão atualizados somente pela Taxa Referencial – TR, conforme definido e aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Para o trimestre findo em 31 de março de 2019, a administração optou por não reconhecer nenhuma atualização sobre esses empréstimos, em função de ter iniciado um processo de negociação com as referidas Instituições para pagamento dessas dívidas. Com relação ao valor devido ao Banco do Nordeste, a administração concluiu negociação com a referida Instituição em 2019.

Entre 1999 e 2013 a empresa esteve falida. Em 2013 entrou em recuperação judicial. Em 2015 o plano foi julgado cumprido e em 2019 foi extinto o último recurso contra a finalização do plano de recuperação judicial, interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil – único credor litigante.

O contrato de arrendamento da Usina Siderúrgica de propriedade da Companhia foi transferido em 2018 para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC). O término do contrato ocorreu em agosto de 2020.

No mês de junho de 2020 a administração da Companhia e a SIMEC iniciaram tratativas no sentido da SIMEC adquirir o imóvel siderúrgico. A venda foi concretizada em dezembro de 2020. Com a Companhia falida em 1999, a mesma aderiu a praticamente todos os procedimentos administrativos de parcelamento e redução de débitos federais desde o ano 2.000.

Desde então, os saldos lançados nas contas da empresa refletem o valor histórico devido a título de tributo federal (seja PGFN ou RFB), sem deduções legais decorrentes dos parcelamentos; pois caso a empresa não conseguisse quitar o parcelamento federal, os débitos remontariam ao valor original, sem deduções, abatidos apenas os pagamentos já realizados.

Como a Companhia passava por um processo de recuperação judicial e a quitação dos tributos dependeria da prorrogação do contrato de arrendamento de seu imóvel siderúrgico, ou da venda deste imóvel, sempre se optou por manter os valores históricos devidos, apenas com o abatimento dos pagamentos mensais.

Em dezembro de 2020 a Companhia efetivou a venda de seu imóvel siderúrgico para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo – SIMEC – o que resultou em nova fonte de renda para a empresa, em valores suficientes para pagamento de todo o débito tributário federal, seja ele PGFN ou RFB.

Desta forma, com a existência de caixa (e sua previsão) para o pagamento de todo o tributo federal, no primeiro trimestre de 2021 a empresa pôde aplicar todos os descontos e reduções legais sobre os parcelamentos existentes, pois tinha certeza e capacidade financeira para quitar estes tributos nos termos dos parcelamentos vigentes. Não havia mais a incerteza sobre o adimplemento ou não dos parcelamentos, por isso a possibilidade de ajustar os valores federais devidos.

A COMPANHIA aprovou no dia 03 de maio de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, o RESGATE DE AÇÕES ordinárias nominativas, nos termos do artigo 44, § 1º da Lei 6404/76. As ações de sua emissão da Companhia deixaram de estar listadas para negociação na Bolsa de Valores / B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado desde 18/05/2000 em razão de sua falência. A proposta de resgate ocorreu pelo preço de R\$6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos) por ação.

Dispensável o sorteio legal, nos termos do artigo 44, § 4º da Lei 6404/76, pois a Companhia poderá adquirir todas as ações de cujos acionistas minoritários queiram participar do resgate pelo preço acima citado (R\$ 6,42). Não haverá privilégio, distinção ou prejuízo a nenhum acionista. Registra-se que nenhum acionista é obrigado a participar da operação. Edital de AGE publicado nos dias 07, 08 e 09 de abril de 2021 nos jornais O Tempo e Diário Oficial de Minas. Houve contestação judicial por uma acionista, que já apresentou pedido de desistência no processo.

O arrendamento das usinas hidrelétricas está vigente, com os pagamentos mensais em dia e os atrasos foram parcelados.

Destaca-se que os débitos federais todos estão incluídos em sua totalidade no REFIS e/ou no PERT. Não há débito estadual ou municipal.

O parecer da auditoria externa vinculada à CVM é no seguinte sentido: “Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.”

As demonstrações financeiras refletem fielmente o perfil da Companhia.

Afonso Henrique da Silva Lima
Presidente do Conselho de Administração

Tonny Salera Primeiro
Diretor Superintendente

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Administrativo

Telmo Tulio Gonçalves de Souza
Diretor de Relações com Investidores

Vinícius Oliveira e Souza
Contador CRCMG: 108280

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
3º Trimestre 2021

Ilmos Srs.
Acionistas da COMPANHIA ITAUNENSE

Itaúna – MG

A COMPANHIA, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-60, em relação ao parecer dos auditores:
O relatório dos auditores independentes reflete fielmente a situação da empresa.
A conclusão do relatório, por nós referendada, é :

"Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

(...)

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM".

Estamos de acordo com o relatório, não havendo mais nada a se destacar.

Afonso Henrique da Silva Lima
Presidente do Conselho de Administração

Tonny Salera Primeiro
Diretor Superintendente

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Administrativo

Telmo Tulio Gonçalves de Souza
Diretor de Relações com Investidores

Vinícius Oliveira e Souza
Contador CRCMG: 108280